



EURE

ISSN: 0250-7161

eure@eure.cl

Pontificia Universidad Católica de Chile
Chile

Netto, Vinicius M.

A urbanidade como devir do urbano

EURE, vol. 39, núm. 118, septiembre-diciembre, 2013, pp. 233-263

Pontificia Universidad Católica de Chile

Santiago, Chile

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19627538012>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica
Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

A urbanidade como devir do urbano

Vinicius M. Netto. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.

RESUMO | Poucos conceitos em urbanismo aspiram tocar a condição urbana e a experiência da cidade como o de “urbanidade” – e talvez nenhum outro tenha encontrado uma definição tão pouco sistemática. Afastando-se das definições usuais das condições espaciais da urbanidade, o presente trabalho propõe uma abordagem alternativa ao tema a partir da aproximação entre duas áreas ainda estranhas entre si: estudos urbanos e a filosofia. Buscando reconhecer os diferentes modos da experiência urbana e as dimensões fenomenológica, comunicativa e ontológica da urbanidade como uma trama de relações entre atores, atos e espaços, o artigo discute as condições da diversidade, as tensões de desintegração social e as propriedades materiais que assegurariam um papel potencialmente integrador à urbe. Finalmente, propõe o reconhecimento de diferentes urbanidades pautadas por um ethos como requisito: a coexistência das formas de vida e o bem-vida de alteridades como o devir do urbano numa urbanidade plena e aberta. Palavras-chave: urbanidade, devir, experiência urbana.

PALAVRAS CHAVE | cultura urbana, espaço público, urbanidade.

ABSTRACT | *Few notions aspire to reach the condition of urban life and experience as that of “urbanity” – and perhaps no one has done so more imprecisely. Departing from usual focus on the spatial conditions of urbanity, the paper brings a potentially fresher approach which draws from disciplines still largely unrelated: philosophy and urban studies. A series of concepts of urbanity unfold as we explore the experiential, communicative and ontological conditions of urbanity as a lively fabric of relations of actors, acts and spaces. The approach shows the fabric of urbanity cut across by an ethos inherent to forms of life open to an unbounded communication, and aims at a definition which would allow us to get reconnected with the common sense notion: urbanity as the ethos of an open coexistence, the orientation to the Other and the becoming of the urban.*

KEY WORDS | *urban cultura, public space, urbanity.*

Recibido el 16 de noviembre de 2011, aprobado el 15 de diciembre de 2012

E-mail: v1n1netto@yahoo.co.uk | vnetto@vm.uff.br

Início: philo | urbe | sophia

Para Alejandro Jelvez

O espaço e o tempo são a estrutura em que toda a realidade está contida. [...] Descrever e analisar o caráter específico que o espaço e o tempo assumem na experiência humana é uma das tarefas mais atraentes e importantes de uma filosofia antropológica.

Ernst Cassirer (*Ensaio Sobre o Homem*)

Há muitos que resistem a um certo tipo de filosofia. Eles a acham difícil de apreciar – abstrata, e aparentemente sem grande valor prático. Ela lhes parece um vago e obscuro nonsense. Sempre houve, nas várias épocas da história humana, pessoas que assim pensassem – assim como sempre houve aqueles que percebessem as revelações do pensamento especulativo como sendo da maior importância.¹

John M. Anderson, Introdução a
Discourse on Thinking, de Martin Heidegger

FIGURA 1 | Em busca de uma definição múltipla de urbanidade²



Poucos conceitos em estudos urbanos aspiram tocar a condição urbana como o de “urbanidade”. Talvez não por acaso, poucos outros encontram definições tão difusas ou pouco sistemáticas. Conceitos conhecidos variam da visão de senso comum da urbanidade como “civilidade do convívio”, ao foco nas relações objetivas entre configurações do espaço urbano e o uso do espaço público, e às condições espaciais de uma aparente “vitalidade urbana”. Tal observação sugere uma série de perguntas: seria possível capturar a condição urbana? O que diferencia a experiência urbana da experiência de outras espacialidades ou ambientes não urbanos? Mais am-

1 “There are many who resist a certain kind of philosophy. They find it hard to enjoy, abstract, and apparently of no great practical value. It seems to them vague and obscure nonsense. There have always been such people in the various epochs of human history, just as there have always been those who find the revelations of speculative thinking to be of utmost importance” (Heidegger, 1966). Tradução do autor.

2 Imagem por victoriapeckham, sob licença Creative Commons: <http://www.flickr.com/photos/victoriapeckham/164175205/sizes/z/in/photostream/>

plamente, como as cidades medeiam nossa experiência do mundo ao nosso redor e do outro? O presente texto se afastará de definições usuais de urbanidade para propor um entendimento a partir de uma área capaz de oferecer subsídios para capturar a experiência particular da urbanidade; uma área tradicional que, apesar de considerar o problema do espaço, ainda é distante ao tema urbano: a filosofia.

Na verdade, o evocar do urbano como aspecto da experiência humana – isto é, do que é vivido, da vida com o outro – já inicia essa aproximação. Tanto do ponto de vista da filosofia quanto dos estudos urbanos, esse propósito significa a entrada em territórios potencialmente estranhos, talvez novos, e a possibilidade de tocar aspectos que seriam vistos com grande dificuldade em cada uma dessas áreas separadamente. Este texto é, também, um convite para caminhar dentro e entre áreas ainda um tanto estranhas entre si. Entretanto, uma incursão assim requer preparação prévia, pelo menos quanto a dois aspectos.

Primeiro, é necessário esclarecer o que o pensamento filosófico pode oferecer à abordagem urbanística e vice-versa. Segundo, é necessário abordarmos essas diferentes áreas com cuidado, se pretendemos explorar o tema da urbanidade por meio de uma aproximação teórica entre elas. Essa aproximação não pode ser feita *de fora* de cada uma dessas áreas, como que por um estrangeiro, numa construção em que ideias oriundas de cada território sejam meramente justapostas de modo *ad hoc*. Atentos a essas condições, vejamos o que o pensamento filosófico pode oferecer ao entendimento da urbanidade, e o que a investigação do urbano pode revelar sobre nossa forma de vida e experiência, temas da filosofia.

Considerando a filosofia, notemos que nossa cultura a fixa e a joga em uma espécie de “outro plano”, como se seus temas pouco tivessem de contato com nossas vidas cotidianas. Na verdade, a filosofia lida com coisas tão reais quanto a forma de uma cidade. Ela fala de coisas constantes do modo como vivemos. Usualmente, atentamos aos fatos como eles se apresentam. O que a filosofia faz é tocar nas condições dos fatos: o que há por trás deles, a natureza de sua aparição, seus sentidos e efeitos sobre nossa experiência. Ela não é abstrata em seus temas, mas precisa da abstração para alcançar e descrever o cerne dos fatos e da nossa experiência dos fatos.

Considerando a reflexão sobre a cidade, observemos que nossa *experiência do mundo e do Outro é profundamente mediada pela cidade* – como uma estrutura do sensorial, como emaranhados da ação e interação ancorados sob a forma de lugares e espacialidades. Observemos também que a filosofia, ainda que tenha se ocupado imensamente do problema do tempo e das condições temporais da experiência e da ação (como em Henri Bergson ou Martin Heidegger), também dispõe de conceitos de espaço (como o espaço como categoria da experiência em Kant, o mundo humano do espaço e tempo de Cassirer ou o *habitat* do próprio Heidegger, entre outros). Entretanto, o conceito de espaço na filosofia tende a ser visto como um pano de fundo menos ou mais homogêneo, abstraído da forma que o espaço toma nas estruturas que chamamos cidades e do efeito das suas complexidades no experienciar e no agir. Filósofos não parecem dispor de conceitos

analíticos o bastante do meio urbano, ricos o bastante para tocar a estruturação espaço-temporal da experiência e da vida coletiva que toma a forma das cidades. Há uma especificidade, um detalhamento no desdobramento do espaço na forma urbana, uma riqueza material que parece canalizar e amparar, o tempo todo, o fluxo da prática e do vivido. Em ambiente urbano, somos sempre mediados em nossos atos pela espacialidade particular das cidades.

Essa estruturação da experiência do mundo e do outro que toma a forma de cidade é, na verdade, um primeiro esboço da definição de “urbanidade”. Antecipo que construirei aqui camadas, *conceitos* de urbanidade, perseguindo sua trama fio por fio. A exploração do tema nesses termos vai nos levar a diferentes instâncias da realidade social e material e, por consequência, a diferentes ideias e autores como guias – o que pode resultar em um caminho bastante heterogêneo em termos teóricos. Dada a dificuldade dessa descrição, um texto com esse objetivo só poderia procurar esboços e proceder por aproximações: uma busca por *traços da urbanidade* capturados, de modo inevitavelmente parcial pelo discurso; traços construídos como conexões entre conceitos filosóficos e urbanos:

- (1) Experienciar urbanidade significa experienciar o mundo em condições diferentes de outros arranjos espaciais da vida coletiva – um modo particular entre tantas experiências possíveis, atrelado à estrutura da própria cidade, caleidoscópio de nós e canais da ação. Por extensão, diferenças entre e dentro das cidades, assim como diferenças na condição urbana dos próprios atores, também implicam em possibilidades distintas de experienciar o mundo. Essas diferenças terão repercussões sobre o agir e o fazer, e no que podemos chamar “experiência do Outro”: o contato e o reconhecimento entre os diferentes. A primeira seção busca reconhecer *a urbanidade como experiência particular do mundo e do outro, bem como os diferentes modos de experiência urbana* através de Bergson, Ricoeur e Lim.
- (2) A experiência da urbanidade é, sobretudo, uma experiência do mundo social: representa nossa imersão em suas condições de continuidade e integração, e seu oposto – as tendências de distanciação social. A experiência da urbanidade é dependente dessas condições. A segunda seção argumentará que: conhecer o lugar da cidade na experiência do mundo social implica *reconhecer as forças de diferenciação* que iniciam na própria diferenciação das identidades e na formação de grupos e campos sociais. Veremos como essas forças afetam a própria reprodução do mundo social e põem em risco a urbanidade como experiência da diversidade e da complexidade social. Para tanto, explorarei conceitos de Heidegger e Weigert, Bourdieu e Freeman.
- (3) A terceira seção explora a urbanidade, experiência das diferentes identidades na cidade, como um modo de compensação das tensões inerentes de diferenciação interna e desintegração relativa do mundo social. Proporei *a urbanidade como uma experiência de transcendência das diferenças sociais* no momento do encontro, da interação e da imersão e participação em um mesmo con-

texto urbano, em uma mesma realidade social e material. Argumentarei que a experiência particular da urbanidade envolve três formas ou momentos de superação dessas tensões e transcendência das diferenças: uma *dimensão fenomenológica* da urbanidade pulsando na esfera do sujeito, no momento do reconhecimento do Outro a partir da sua presença em nosso campo de percepção, usando ideias de Schütz e Heidegger; uma *dimensão comunicativa* da urbanidade, ou a cidade e seus espaços como *loci* e meio da comunicação entre os diferentes, através de Habermas; e uma *dimensão ontológica* da urbanidade, produzida na relação inerente entre práticas dos atores socialmente diferentes e a espacialidade da cidade como dados estruturantes da nossa realidade social e material.

- (4) A proposição da urbanidade como forma de compensação das tendências de distanciamento e experiência de transcendência, ainda que momentânea, das diferenças sociais, e a proposição de um papel potencialmente integrador da urbe, demanda o esclarecimento dos seus atributos e efeitos sobre o mundo social: saber quais seriam as propriedades da cidade que lhe assegurariam tais papéis. A quarta seção discute *a urbanidade como efeito de espacialidades e convergências* de atos, atores e espaços no presente da cidade.
- (5) Contudo, características espaciais não são homogêneas nem se repetem de cidade para cidade, cultura para cultura. Argumentarei que, se há diferentes condições materiais e sociais para a urbanidade, haveria, consequentemente, *diferentes urbanidades*. Entender tais diferenças passa a ser um problema central no entendimento das “urbanidades” (decididamente no plural e decididamente abertas às idiossincrasias do particular, do universo de universos possíveis).
- (6) O reconhecimento de diferentes urbanidades nos levaria à inclusão de toda e qualquer urbanidade, incluindo socialidades hostis e espaços de repressão, violência e degradação do humano. Tal definição se chocaria com a definição comum da urbanidade como “civildade do convívio”, assim como com o potencial emancipatório do conceito. Fazendo uso de ideias de Derrida e Habermas, Bergson e Deleuze, proporei um modo de evitar a equivalência entre qualquer experiência urbana e “urbanidade” através de um critério, um princípio ético – um ethos da urbanidade como coexistência e bem-vir das alteridades, e como um desejo de futuro: o *devir do urbano numa urbanidade plena e aberta*.

Esse caminho heterogêneo deve introduzir uma interpretação híbrida, entre a puramente urbana e a puramente filosófica: uma *terceira* abordagem. Vejamos essa construção em detalhe.

A urbanidade como experiência do mundo e do Outro

FIGURA 2 | Cenas da cidade: urbanidade como encontro de condições sociais e materiais³



Busco uma conceituação capaz de mostrar a experiência humana como constituída de um tecido aderente, colado ao ato, impregnando-o; uma visão da vida urbana como atravessada de espaço e tempo. Abordarei as temporalidades do urbano pelas filosofias de Paul Ricoeur e, principalmente, de Henri Bergson e sua utilização na abordagem pós-colonial de Bliss Cua Lim. Criticarei a tendência à visão de um espaço homogêneo na filosofia, apontando as heterogeneidades e permanências do “espaço da experiência” como presença ativa em nossas atuações. Meu primeiro objetivo é descrever o modo de vida urbano como experiência.

Gostaria de fazer três proposições iniciais: (i) a cidade como um modo de estruturar a experiência de cada um, tanto temporalmente quanto espacialmente – um *framing* compartilhado da nossa experiência do mundo; (ii) uma estrutura que converge práticas de temporalidades distintas; um caleidoscópio que projeta atos passados ao presente: em canais de movimento e lugares de atividade e memórias que conectam atos na atualidade do agora; (iii) a cidade como coexistência de diferentes “modos temporais e espaciais de ser” e como possibilidade de encontro e reconhecimento do outro, um *framing* da experiência da alteridade. Em outras palavras, a vida urbana envolve uma ambiguidade fundamental: ela ampara diferentes experiências individuais e as relaciona em modos de experiência em comum, sob forma da vida urbana.

A cidade como estrutura espacial e temporal da experiência

Vejamos como a cidade poderia ter um papel assim estruturante em nossa experiência das coisas e do mundo. Primeiramente, atentemos à corporeidade de nossos atos e gestos, e como ela se manifesta. Espacialmente, nossas posições e movimentos não são inteiramente livres, irrestritos, mas modelados por uma estrutura material que nos antecede e nos cerca. Nossa experiência é construída por sentidos que capturam informação sensorial do ambiente (Gibson, 1979; cf. Merleau-Ponty, 1994), um

3 Imagens: Selinger front, 820 F, N.W., Washington, D.C., cerca 1920 – Library of Congress Prints and Photographs Division Washington, D.C. 20540 USA, <http://www.loc.gov/pictures/item/npc2008009720/>; por Stuck in Customs, sob Creative Commons license: <http://www.flickr.com/photos/stuckincustoms/217440037/sizes/l/in/photostream>.

ambiente largamente moldado sob forma de cidades. Cidades passam a ser formas de mediação da nossa experiência física, material do mundo. Sua estrutura particular de edificações de suporte à atividade humana, agregadas em quarteirões de formas variadas e definindo os espaços livres das ruas, implica em uma “canalização espaço-temporal” inevitável da nossa experiência. Nossa experiência do mundo se descerra a partir das tramas de canais e os *topoi* da cidade (posições ou lugares no espaço urbano, em relação entre si).

O problema do *tempo* atravessa igualmente o da urbanidade: nossa experiência da cidade é intimamente associada a ritmos das nossas ações, ritmos que impregnam a vida urbana. Uma impressão comum, por exemplo, é a do “*tempo acelerado das grandes cidades*”, a impressão de que, quanto maior a cidade, mais rápido o tempo parece passar, no suceder de ação após ação; nos tempos consumidos em deslocamentos ao lugar de trabalho, na passagem por paradas e estações e lugares; na sequência de tarefas que se apresentam mesmo fora do trabalho. Algumas cidades nos parecem especialmente vorazes nesse engolir dos nossos tempos individuais.

A impressão do acelerar do tempo, contudo, não é nova: ela aparece com força nas descrições da metrópole que emerge no final do Século XIX, na impregnação da modernidade, no que o filósofo Edmund Husserl chama *Lebenswelt*, o *mundo da vida*. Descrições da compressão temporal da experiência tornaram conhecidos seus intrigados autores, como o sociólogo Georg Simmel e o jornalista Sigfried Kracauer (Husserl, 1976; Simmel, 1950; e Kracauer, 1990). O tempo da experiência urbana parece alterado pela crescente sucessão das trocas, em número e variedade, de modo que não só nossa ação seja acelerada ao dar lugar a outra e outra ação, mas que assistamos ao fluxo aparentemente imparável das ações de nossos contemporâneos atuando nesses espaços. Frequentemente presentes nessas descrições há uma *impressão de vertigem: um vertiginoso tempo urbano*.

Temos uma condição temporal para nossos atos relacionada a uma condição urbana: diferentes *temporalidades* da nossa experiência mediadas pela urbe. Veremos adiante que essa pluralidade de ritmos da ação e temporalidades da experiência será ainda dependente da diversidade social e humana, das diferentes identidades e condições da prática que diferentes grupos e atores dispõem – em suma, dos “diferentes modos de ser”. Nessa pluralidade de experiências e leituras pessoais do tempo, o fato de que conseguimos produzir ações conjuntas parece quase improvável. Essas coordenações parciais, momentâneas, só são possíveis pelo agenciamento dos lugares e arquiteturas como os *topoi* de convergência dos múltiplos ritmos que viabilizam o urbano como “heterotemporalidade”.⁴ O espaço não pode ser visto meramente como extensão, mas heterogeneidade produzida por atos e pelo esforço do atuar coletivo.

Assim, se desejamos usar o conceito de urbanidade para entender o modo de experiência de um mundo que se apresenta imediatamente urbano, devemos entender o cruzamento entre a espacialidade particular das cidades – como estruturas e pro-

4 Faço uso de termos de Bergson (2006) e Chakrabarty (2000), respectivamente e em outro contexto.

jeções de ações conjuntas, como meio da ação coletiva – e a temporalidade singular da experiência urbana, em encontros e interações de outro modo impossíveis de serem produzidos. A espacialidade urbana tem relação intrínseca aos ritmos variados da prática – uma forma de presença na produção das temporalidades diversas das ações das pessoas e suas experiências do tempo. Conjuntamente, elas constituem a experiência da urbanidade.

O caleidoscópio urbano: canais e topoi de atividade e memória, conexão entre passado e presente

O espaço urbano tem uma condição material particular: é durável, mutável apenas lentamente. Seu presente é resultado de ações passadas, frequentemente acumuladas por longo tempo.⁵ Podemos dizer que os traços de práticas anteriores projetam-se em cada presente urbano. De fato, a ideia do tempo impresso na cidade é encontrada na teoria urbana. Aldo Rossi, entre outros, nos fala da “permanência dos fatos urbanos”.⁶

A questão, contudo, é entender a permanência de fatos urbanos como uma projeção de urbanidades passadas – ou, como pergunta o filósofo Paul Ricoeur (2010), “como o agora reproduzido chega a representar um passado?” (p. 60). Essa representação é um mistério, porque implica a passagem entre atos produzidos na cidade e sua espacialidade. Implica identificar como atos são produzidos coletivamente, quais as condições espaciais para atos sociais virem à tona a cada presente e tornarem-se impressos no espaço da cidade e acumulados através do tempo como condição de convívio e coexistência. Urbanidades – formas de encontro e vida coletiva – parecem guardadas como forma arquitetônica e urbana durável, e assim se projetam no futuro, como informação social: espacialidades menos ou mais densas, intensas, afeitas ao encontro, aproximando vida privada e pública – ou as diferentes gradações desses aspectos de formas de vida, impressas como códigos materiais informando futuras socialidades.⁷

A relação entre tempo e espaço, como mutuamente determinantes da experiência urbana, está longe de mera coincidência: há uma possibilidade da temporalidade complexa da experiência urbana estar latente na própria espacialidade dos lugares, arquiteturas e ruas – da espacialidade que ampara socialidades⁸ no presente (o impulso da ação e a necessidade de ações conjuntas), e as projeta temporalmente ao futuro. Analogamente, os ritmos, temporalidades e formas de vida, nos quais somos imersos em nossas vidas urbanas, não são invenções de nossas atuações: fomos levados até eles por construções sociais, temporais e espaciais passadas. Um passado urbano informa cada experiência e ação que temos no agora.

5 Lembro-me de Krafta (2012) e sua ideia de urbanidades passadas amalgamadas no próprio espaço da cidade.

6 Carlos Bahima lembrava esse conceito de Aldo Rossi (1995), em conversa pessoal.

7 Temos aqui ecos do conceito de “apreensão de descrições” e informação social, ou *description retrieval*, de Hillier e Hanson (1984), também explorado em Hillier (1996) e Hillier e Netto (2002).

8 Entendo “socialidade” como uma forma de vida social, incluindo seus grupos e suas ações conjuntas.

A memória projetada no espaço urbano temporaliza nossas percepções por completar nossa experiência presente a cada momento, enriquecendo-a com experiências já adquiridas. Percepções são conectadas por memórias impressas no espaço, nas configurações arquitetônico-urbanas nas quais vivemos em nossas cidades, materializadas na narrativa das fachadas e arranjos de edifícios que amparam práticas e formas de vida. Atividades desaparecerão, edificações serão substituídas, mas as estruturas urbanas de que fazem parte tenderão a ficar. A forma lentamente mutável dessas estruturas nos fala de urbanidades anteriores, projetadas na durabilidade do espaço.

A cidade representa o que Bergson chama “a sobrevivência do passado”, a coexistência do passado e presente em um “ser-memória”⁹ que impregna mesmo a matéria – mesmo a materialidade da cidade. *O espaço urbano é uma “memória ontológica” de socialidades, temporalidades de ações e visões de mundo passadas.*

Vimos a cidade como estrutura espaço-temporal da experiência humana, um caleidoscópio de movimentos e atos em convergências e sincronias parciais de encontros nos canais e lugares de atividades – lugares de memórias que projetam atos passados ao presente e conectam atos presentes entre si, na atualidade do agora. No entanto, há diferentes estruturas da experiência, relacionadas ao que podemos chamar de “diferentes modos de habitar o mundo”.¹⁰

A urbanidade como copresença dos diferentes modos de ser

Gostaria de evocar a bela expressão de Chakrabarty em sua crítica pós-colonial, “a copresença dos diferentes modos de ser”, e trazê-la ao contexto urbano. A despeito da regularidade do tempo homogêneo da modernidade, em Bergson, a filosofia e os estudos culturais têm progressivamente reconhecido que pessoas têm temporalidades distintas em suas ações e entendimentos do mundo. Uma das forças de diferenciação é evidentemente social. As temporalidades do que Bergson chama “duração” podem ser estendidas aos tempos inerentes às experiências de atores socialmente diferentes, e podem destacar tais diferenças:

(i) Temos as *temporalidades programadas das ações cotidianas*, sobretudo na esfera do trabalho. Temos, nesse sentido, uma temporalidade, em geral, mais linear e rígida dos atores envolvidos em certos nichos de atividade, como aquelas de natureza manual.

(ii) Temos ainda as *temporalidades diferenciadas no enfrentamento das distâncias intraurbanas, como experiência da extensão e estrutura do espaço*. Essa consideração sugere a possibilidade de tempos mais prolongados das ações, notadamente para grupos sociais de menor renda, por força de fricção espacial provocada pelas distâncias e configurações da cidade, pela menor mobilidade e pela limitação de recursos para sustentar ações diversas. A mobilidade é um fator fundamental na nossa ma-

9 Uso a expressão “ser-memória” de Lim (2009, p. 15) em outro contexto – aqui, em referência à cidade.

10 Essa expressão associa uma inspiração na ideia de “habitar” em Heidegger (1966) a uma sensibilidade já pós-moderna da atenção às diferenças, como em Jacques Derrida.

neira de lidar com o mundo, de nos situarmos frente a ele, e de realizarmos nossos desejos na forma de gestos e ações concretas, urbanas. É uma condição ontológica da atuação, como enfatiza o geógrafo Torsten Hägerstrand; uma expressão elementar do ser, ou do que Heidegger, um dos filósofos do tempo, chama *Dasein* – o “ser-aí” (veja ainda Hägerstrand, 1983, 1985; Heidegger, 1962; 2009). Uma menor mobilidade pode induzir o sujeito a um efeito de habitar a cidade permanentemente, em um *tempo anterior*¹¹, em relação às possibilidades de ações de outros grupos no mesmo espaço geográfico.

O reconhecimento dessas diferenças abre a possibilidade de desvelar as temporalidades sutis da prática, assim como as temporalidades psíquicas inerentes a diferentes formas de vida. Essas formas de vida são associadas a capacidades de atuação em seus ambientes urbanos, alimentadas por – e alimentando – compreensões do mundo.

Divergências nessas temporalidades podem ainda estar ativas na redução das possibilidades de convívio, e na própria geração da urbanidade. Assim, vejamos essa questão mais de perto. A urbanidade, como experiência do Outro, depende da temporalidade e espacialidade do encontro. Naturalmente, diferenças nessas dimensões da prática podem colocar esse Outro distante de nós. Tempos dessincronizados da ação são vetores da *disjunção do encontro* – as síncope ou descompassos que nos afastam, a dissipação de possibilidades de interações futuras – em ausências, distâncias, estranhamentos.¹² A disjunção do encontro pode induzir a uma desconexão de ações futuras – uma rarefação do encontro com o Outro em “gestos de exclusão temporal” (Chakrabarty em Lim, 2009, p. 15). O “tempo anterior”, no qual grupos sociais de menor mobilidade parecem habitar, implica um *ruído no potencial de urbanidade como encontro entre diferentes*, como intensidade de contatos entre mundos sociais dentro do caleidoscópio urbano.

Uma noção de urbanidade começou a se desenhar acima, relacionada a uma estruturação temporal e espacial compartilhada da nossa experiência do mundo e mediada pela cidade, e as especificidades de temporalidade e espacialidade na experiência de atores socialmente diferentes. Como esse afastamento adentra o mundo social? Qual são as origens dessas diferenças, e quais são suas consequências? Teria a cidade qualquer papel nessas diferenças e no modo como elas conquistam o “mundo da vida”?

As tensões no cerne do social: as forças de diferenciação na formação das identidades

Proponho utilizarmos uma noção da filosofia capaz de trazer a tona o papel das diferenças entre atores sociais e localizar a origem dessas diferenças no próprio processo de formação de suas identidades: o conhecido e belo conceito hegeliano de

11 Derivo a noção de “tempo anterior” de Chakrabarty em Lim (2009).

12 Veja as explorações da temporalidade da ação de atores socialmente diferentes e a teoria da disjunção do encontro em Netto (no prelo).

“Outro”, ou de alteridade. O conceito, explorado sobretudo na filosofia pós-moderna, representa um movimento para além do solipsismo da experiência subjetiva, e é um giro extraordinário em direção a atenção à coexistência de múltiplas identidades. Gostaria de relacionar as condições de coexistência contidas na noção de senso comum da urbanidade como “civildade do convívio”, ao problema das *tensões da diferenciação social que emanam do processo de formação das identidades e definem grupos sociais distintos e distantes, ainda que atuando simultaneamente na cidade*.

A primeira dessas tensões de diferenciação tem origem na questão das classes sociais, mas vai além dela. Em um sistema socioeconômico modernizado, classes são relacionadas funcionalmente, na forma de estruturas da prática do trabalho. A estrutura social associada a relações de trabalho não se traduz em comunicação efetiva entre membros de classes distintas, mas tem estabelecido formas eficientes de reprodução material. Dito de outro modo, relações funcionais não se traduzem em interações efetivas – mas são poderosas em sua penetração no mundo da vida. Exatamente nessa eficiência material está o risco para formas mais amplas de reprodução social, onde a cooperação pode envolver mais abertamente o reconhecimento entre sujeitos. Em uma forma de vida coletiva assim organizada, pautada e estruturada por contatos apenas funcionais entre os diferentes, formas mais amplas da cooperação não se evidenciam como necessárias. Elas passam a requerer esforços específicos de uma “imaginação sociológica”.¹³

Contudo, ainda que as tensões de diferenciação social sejam certamente intensificadas ao estarem inseridas em contextos de desigualdade socioeconômica, os riscos da desintegração ocorrem, sobretudo, em outras esferas: aquelas relacionadas às interações de natureza não instrumental, fora da produção e trabalho, as quais consistem em parte substancial da vida coletiva e da reprodução simbólica de identidades e grupos. Fraturas nessas esferas não instrumentais da prática social, provocadas pela segregação espacial e, sobretudo, pela segregação sobre o corpo, na forma de redes sociais em divergência nos espaços da cidade, podem significar a instalação de um distanciamento entre grupos, diretamente no centro do tecido do nosso cotidiano: a redução substancial da possibilidade de interação e reconhecimento. Entretanto, tais tensões são produzidas *endogenamente*. Elas parecem iniciar na relação entre ser e mundo social, na formação das identidades e seu duplo: os processos de associação.

A definição de nossas identidades envolve um movimento de reapropriação¹⁴: reconhecer a si através do reconhecimento das características e idiossincrasias que constituem o Outro como Outro, um movimento progressivo na busca de similaridades entre uns, simultaneamente à diferenciação em relação a outros. Weigert afirma que “[i]dentidades cobrem desde aquelas singularmente ligadas ao ator, àquelas compartilhadas com outros nas mesmas categorias sociais [...]. A dinâmica sociocultural resulta em identidades continuamente em transformação, competin-

13 Uso o termo de Mills em Giddens (1984), significando, no presente caso, o exercício de elaborar cenários sociais possíveis.

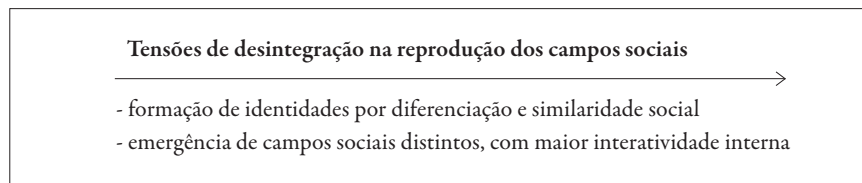
14 Faço uso da expressão de Derrida (1995b) em outro contexto.

do, e entrando em conflitos” (Weigert, 2010, p. 250; cf. Heidegger em *Identity and Difference*, 2002). Produzir e projetar identidades implica em construir avaliações e categorias relativas a identidades atribuídas a outros: identificar a si e ao outro é defini-los como diferentes. Assim, fundamentalmente, *a identificação opera sob a forma da afirmação de diferenças*.

Há ainda uma dinâmica social objetivamente associada ao processo invisível de formação das identidades – um segundo movimento, externo ao sujeito, ocorrendo nas dinâmicas da agregação social face às demandas internas da identificação. A identificação implica em aproximações e formação de grupos de atores, mais similares entre si que diferentes.

O mundo social se forma incluindo tensões endógenas de diferenciação, como se também movido por um *impulso à diferenciação*. Agregações de atores, relacionados ao que Bourdieu chama “campo social”, terminam por implicar em aumento de interações internas (não entendamos tais campos como fechados, mas abertos e em constante formação) à custa de uma redução de interações externas. Uma dinâmica psicossocial injeta vetores de aproximação interna e distanciação externa, sob forma de diferentes graus de interação de grupos (gráfico 1).

GRÁFICO 1 | Tensões de desagregação social: a urbanidade, convívio dos diferentes, como vetor de compensação das tensões da diferenciação



A redução substancial da interação dos socialmente diferentes – sobretudo se não compensadas por dinâmicas de interação de campos sociais – pode implicar em *restrição de interações*. Ora, sabemos que a restrição de interações é a própria definição – a mais sofisticada e simples – de *segregação* (definição de Freeman, 1978). Sociedades enfrentam, constantemente, riscos para sua própria integração trazidos por tendências de diferenciação, em parte relacionadas a processos de formação de identidades socialmente reconhecidas e potencialmente exageradas em contextos de maior desigualdade. Sociedades podem “quebrar” em nichos de comunicação só relacionados funcionalmente e, em casos extremos, em lugares desconectados, impermeáveis, segregados. Na verdade, vivemos em nossas cidades e sociedades, essas duas condições. Certamente a redução de interações externas na formação mútua de identidades e grupos sociais frequentemente termina produzindo suas próprias espacialidades em nossas cidades. Dado que, a eliminação das diferenças de identidade tampouco é possível, essas tendências de restrição do encontro devem ser contrabalançadas e compensadas, de modo que sistemas sociais não se fragmentem

em atores, grupos e campos completamente desconectados ou conectados apenas funcionalmente.

**A urbanidade como transcendência das diferenças:
a cidade na integração do mundo social**

Em face de tais tendências de desagregação, disparadas no próprio processo de formação de identidades, o que mantém sistemas sociais integrados? A cidade poderia ter qualquer papel da cidade na possibilidade de superação dessas tensões da diferenciação e convergência dessas socialidades? No seu cerne, não seria a experiência da urbanidade exatamente o modo de experiência que nos permite transcender, ao menos temporariamente, as diferenças entre atores? Para tanto, a compensação das tendências de identidade que culminam na restrição do encontro, requereria processos de interação capazes de sobrepujar sua aceleração na forma de segregação.

Sabemos que a cidade reflete, com exatidão, as dinâmicas e formações do mundo social. A cidade, sozinha, não constituirá um universo material a parte, ela não será uma ruptura independente nessas formações, uma solução para as tensões da diferença. Mas a integração social requer a geração de situações onde a existência das diferenças seja reconhecida – e naturalizada, no sentido da redução do senso de estranhamento, rejeição e medo; mas, não deve ser naturalizada ao ponto da sensação de indiferença às condições distintas e por vezes desumanas que grupos e atores atravessam. Quero argumentar que a urbanidade, como contato entre os diferentes, implica no reconhecimento dessas diferenças no exato momento do contato social, como um momento de coexistência, um modo de reduzir o estranhamento, a transcendência momentânea das diferenças no reconhecimento do outro em sua alteridade e identidade. Sem esse contato e essa experiência, mesmo que transitórios, o mundo social seguirá mais silencioso em suas fraturas. Diferenças e distâncias sociais seguirão ignoradas; o outro permanecerá um desconhecido. Sem a experiência do outro na forma de uma urbanidade mais plena, não teremos a consciência das diferenças.

Esse contato pode ocorrer mesmo nos esforços conjuntos da reprodução material via microeconomia ou interações na esfera do trabalho, por exemplo, mas terão como principal meio a copresença em situações cotidianas não instrumentais, envolvendo práticas de ordem simbólica. Serão sobretudo essas práticas do convívio nas oportunidades urbanas da troca simbólica que romperão com os processos de agregação social exclusiva, ao envolver contatos e reconhecimentos mútuos capazes de produzir permeabilidade entre campos sociais.

Esse papel dependeria de espaços urbanos capazes de superar a restrição da interação, por meio de três principais suportes: i) do suporte à copresença dos diferentes, sobretudo considerando as diferenças da temporalidade de suas práticas e experiências, e a fragilidade ontológica do encontro em sua elusividade como convergência de atores em circunstâncias espaço-temporais passageiras, produzidas em canais de movimento e lugares de atividade; ii) por meio do suporte ao reconhe-

cimento das diferenças na copresença; e iii) por meio do suporte ao potencial de interação dos diferentes. A produção desses três modos de contato social tem sido um papel histórico da cidade.¹⁵

Contudo, se a copresença, o reconhecimento mútuo e a interação dos diferentes são os meios de travessia entre campos sociais, *como o espaço urbano poderia efetivá-los?* E, além disso, como exatamente esses meios constituem as experiências e as práticas da urbanidade?

O papel integrador da urbe sob forma de “urbanidade”, a experiência da transcendência momentânea das diferenças, se efetivaria em três instâncias: (a) uma dimensão fenomenológica – a urbe como possibilidade de compartilhar a experiência, uma forma de integração social pulsando na esfera do sujeito; (b) uma dimensão comunicativa – a urbe como lugar e meio da interação e da comunicação livre de coerção; (c) uma dimensão ontológica, envolvendo as relações entre práticas, significados e espaços da cidade como amarras da realidade social e material, e meios para a construção de outras formas de integração social.

A dimensão fenomenológica da urbanidade: a cidade na experiência em comum

Meu objetivo, neste momento, é entender como a impressão da urbanidade como copresença dos diferentes modos do ser e possibilidade de integração social se manifesta e é percebida na esfera do sujeito. Fundamentalmente, trata-se da experiência do outro em nosso horizonte de percepções recíprocas. Quero identificar a possibilidade de sobreposição dos campos de percepção dos sujeitos atuando em seus entornos – uma sobreposição gerada pela cidade em sua moldagem dos encontros. A ideia é chegar à descrição da “experiência em comum” na percepção dos sujeitos. De fato, a possibilidade de termos experiências em comum parece um dos aspectos mais importantes da vida urbana. No universo do sujeito, a experiência compartilhada passa a ser um fator de integração social: ela pode levar à importante passagem da percepção da integração social a atos socialmente integradores. A análise fenomenológica, focada na relação imediata entre sujeito e mundo, parece particularmente útil para capturar como a urbanidade é percebida pelo sujeito.

Esse sinal da urbanidade pode ser localizado no papel e presença da urbe na relação entre, a experiência *individual* do que os sociólogos Alfred Schütz e Thomas Luckmann chamam “mundo-a-minha-volta”, e o tipo de experiência do mundo que Heidegger vai chamar “relação entre mim e o outro”. Há muito de espacialidade e sociabilidade nessas relações, e o próprio Heidegger se encarregará de trazê-las à tona: “[O] mundo é sempre aquele que compartilho com outros. O mundo do ser-ai (*Dasein*) é um mundo-com. “Ser-em” é “ser-com-outros”. Heidegger fala de uma “regionalização do ser”, um ser atrelado a seus espaços. Seu conhecido texto, “Construir, habitar, pensar”, entre outros, associam poeticamente “ser” e “habitar”, um ser que se determina a partir do lugar, que se descerra ao outro em um *campo de com-*

15 Essa ideia encontra ecos em Jacobs (2001) e Hillier (“a cidade aproxima aquilo que a sociedade separa” – em comunicação pessoal).

partilhamento, no círculo de sua manifestação no mundo material.¹⁶ A experiência imediata do outro equivale, na terminologia heideggeriana, ao “descerramento do outro” em minha experiência, quando compartilhamos os espaços no mundo. O encontro imediato, iniciado com a atenção ao outro, esta presença em meu campo perceptivo desdobra-se na minha “orientação ao outro”, uma atenção recíproca, uma passagem da percepção do outro para o *agir com o outro*.

As descrições de finalidade sociológica de Schütz e Luckmann oferecem mais detalhes quanto ao espaço do ser-com-o-outro. Elas trazem a ideia da “minha experiência do Outro no mundo que me envolve” relacionada a uma congruência interpessoal: o aprendizado de que o mundo que experimentamos é socializado. Esse aprendizado levaria os sujeitos a uma “reciprocidade das perspectivas”. Ele se relaciona à *descoberta da alteridade*, a existência de outros diversos de mim, vital no senso de pertencimento a um mundo social internamente diferenciado, complexo, em relação ao qual a própria identidade deve ser relativizada. Schütz e Luckmann chamam esse processo de o “espelhamento do eu na experiência do estranho”, fundamental no processo de socialização. Na situação do encontro, a possibilidade de interação de sujeitos e a intersubjetividade são confirmadas: não se trata do meu mundo privado ou do seu, mas o mundo da nossa experiência em comum. No encontro, as experiências não apenas se coordenam entre si, mas são reciprocamente determinadas.

Schütz reconhece, como vimos Bergson reconhecer, que a experiência envolve temporalidade e espacialidade. A sobreposição dos campos de percepção dos atores é estruturada na forma de possibilidades de encontro e interação. A análise da experiência em comum permite trazer à tona o papel do espaço na determinação de como “eu apreendo o Outro”. Schütz afirma que esse conhecimento definirá a estrutura das relações e atos na situação social. Ele aspira descrever¹⁷ a passagem entre a estrutura da experiência para estruturação de complexos de ações, “as condições da comunicação no espaço e no tempo” (Schütz & Luckmann, 1973, p. 307). Schütz avança sua fenomenologia material em direção a noções como a de “estratificação” e “arranjo espacial do mundo da vida” em “regiões da experiência”. Mas o conceito de espaço de Schütz ainda é difuso. Mais gravemente, a leitura fenomenológica não consegue romper com a fixação no sujeito remanescente da filosofia da consciência (Habermas, 1984a) – uma fixação que encontra eco na noção solipsista, de um sujeito reduzido ao sentido da visão e à condição da orientação e reconhecimento de legibilidades espaciais, que ainda impregna abordagens da percepção urbana.

Meu uso de descrições amparadas na fenomenologia tem, por fim, objetivar *a experiência da urbanidade como aspecto da integração do mundo social – uma integração que inicia e culmina na esfera do sujeito*. Entretanto, se nosso objetivo é entender a urbanidade plenamente como imersão em alteridades, precisamos da

16 Veja a noção de *Dasein* em Heidegger (1962, p. 159); a regionalização do ser em Heidegger (1966) e o campo de compartilhamento do ser em Heidegger (2009, p. 142); cf. Schütz e Luckmann (1973, pp. 60-67).

17 Para tanto, Schütz parte de uma interpretação fenomenológica da teoria da ação de Max Weber.

passagem da visão da urbanidade, como “experiência do Outro em coexistência”, para a urbanidade como “experiência do Outro em comunicação”.

**A dimensão comunicativa da urbanidade:
a cidade como meio da interação dos diferentes**

Gostaria de explorar, agora, a ramificação da experiência em comum, temporalmente e espacialmente estruturada no descerramento do outro em minha percepção, em direção à nossa atuação conjunta na urbe. Isso implica colocar a cidade como condição da sociabilidade, parte da interatividade das práticas urbanas. Interação e sociabilidade são processos essencialmente comunicativos. Na verdade, mesmo as trocas funcionais, monetárias ou na esfera da produção econômica, assim como as dinâmicas da variedade e repetição do encontro nos relacionamentos sociais, trazem em si redes comunicativas subjacentes.

A condição da intensificação da comunicação é, historicamente, associada à urbe. Seus espaços permitem nossa imersão em trocas linguísticas, e são suporte para uma densidade variada de comunicações; . Essa imersão, fundamental na socialização, é o próprio espírito da urbe. Aqui temos a convergência entre uma dimensão da urbanidade como forma de vida afeita à comunicação e a produção do mundo social. Essa produção depende da passagem da copresença elementar para a prática comunicativa. A passagem entre copresença e interação, por sua vez, inicia-se pelo espaço.

Mas, como o espaço pode ter parte na passagem entre percepção e interação, e sua trama potencialmente infinita? A resposta a essa pergunta demanda investigarmos um dos modos de ligação mais profundos – talvez um dos poucos modos de ligação de fato – entre nossos atos e espaços: nossa ligação cognitiva, informacional com o espaço a partir de seus significados. Vimos anteriormente que, se a comunicação consiste de transmissão de informação na forma de significados, o espaço só poderia tomar parte no ato da fala e da comunicação, para além da condição de mero suporte físico e corporal, se fosse capaz de amparar significados (Netto, 2005; 2007; 2008). Significados teriam de ser produzidos e entendidos no espaço – ao ponto de amparar as situações de comunicação, e a conexão entre atos de fala mesmo entre eventos diferentes no tempo.

Temos uma série de estudos em áreas distintas que nos dão condição de esclarecer exatamente como esse seria o caso. Abordagens nas teorias social e cognitiva afirmam a comunicação como fenômeno informacional mediado por significados (como em Luhmann), e a importância dos contextos na comunicação: o significado de uma expressão precisa ser completado por um conhecimento implícito de fundo, compartilhado pelos participantes (Searle). O uso da linguagem é dependente do contexto como “amarra interpretativa”: o contexto determina as interpretações dos atores. Hoje entendemos que significados não podem ser pensados de modo independente do contexto (Habermas). Significados tampouco podem ser meramente atribuídos a fenômenos independentes. Eles são uma construção

da prática Wittgenstein). Essas noções podem ser relacionadas de modo bastante interessante ao espaço. Algumas abordagens, na teoria social e na geografia humana, afirmam o papel do espaço como contexto da prática (como em Giddens e Simonsen), ao passo que abordagens na geografia cognitiva (Haken e Portugali) e nos estudos configuracionais (Hillier e Krafra) afirmam a capacidade do espaço em carregar informação social – uma capacidade grande o bastante para o espaço se tornar, até mesmo, um “vetor normativo” capaz de prescrever ou proscriver gestos (Lefebvre) e sugerir mudanças de comportamento, imediatamente, ao transpormos a borda reconhecível de lugares e edificações.

Se essas teorias da comunicação como transmissão de significados, da importância do contexto para a definição de significados na comunicação, e do espaço como contexto, capaz ainda de significar e conter informação social, fazem sentido individualmente, a implicação entre seus temas é uma extensão inevitável: espaços tem um lugar potencial na própria comunicação, ao amparar os significados trocados na fala.¹⁸

Uma forma capaz de sintetizar essas leituras e de reconhecer o espaço da cidade como meio na trama da comunicação pode ser construída via um conceito renovado de significado, a partir de Husserl e Luhmann: o significado como referência.¹⁹ A construção do significado em práticas, artefatos e espaços só ganha sentido ao evocar tramas de referências a significados em outras práticas, artefatos e espaços. Só entendemos o significado de algo ao relacioná-lo a tantas outras coisas. Essa propriedade do significado, como referência, garante a conexão entre ato significativo (como nossos gestos e a fala), e a dependência entre ato e seu contexto, entre ato e espaço. Ato de fala ganham sentido ao terem seus significados encontrados nos seus próprios espaços. Essa relação inicia no espaço da arquitetura, e ganha complexidade na cidade. Tal propriedade nos ampara em nossas interações nos lugares; ampara nossa busca de lugares, ao reconhecermos seus papéis em nossas práticas a partir do reconhecimento de seus significados. Nesse momento, o espaço é uma fonte de informação sobre atividades em andamento em uma cidade; uma forma de conhecimento do tecido social e das possibilidades de atuação. Essas referências ainda estabelecem a continuidade – cognitiva, prática, mesmo funcional – entre os atos feitos em um lugar e aqueles feitos ou a serem feitos em outros lugares.

A cidade representa, assim, a possibilidade da comunicação como modo de associação e compressão espaço-temporal das interações. O espaço urbano é o tecido da conectividade dos nossos atos, um meio da estruturação da prática e, portanto, do próprio mundo social (veja Netto, 2007; 2008; 2011). Se a urbanidade é um

18 Sobre a comunicação como fenômeno mediado por significados, veja Habermas (1984a) e Luhmann (1995); o papel do contexto na comunicação, veja Searle (1969) e Habermas (1984a; 1987); sobre significado como construção da prática, veja Wittgenstein (2001); sobre o espaço como contexto da prática, veja Giddens (1984), Simonsen (1991), Thrift (1996) e Netto (2005; 2007); sobre o espaço como força normativa sobre padrões da ação, veja Lefebvre (1991). Sobre o espaço como informação, veja Haken e Portugali (2003), Portugali e Casakin (2003); veja a teoria de apreensão de restrições ou *description retrieval* em Hillier e Hanson (1984) e Hillier (1996), e o espaço urbano como sistema hierárquico de informação em Faria e Krafra (2003) e Faria (2010).

19 Husserl (1976); Luhmann (1995; 2002); veja a derivação do conceito de “referencialidade” a partir desses autores em Netto (2007; 2008; 2011).

fenômeno que envolve a sociabilidade e a interação, temos de reconhecê-la como um entrelaçamento de atores e atos imersos em trocas linguísticas na cidade.

Mas a urbanidade vai além disso: ela envolve a *comunicação livre de restrição* entre os diferentes, a partir de lugares e espacialidades de convergência de corpos. Certos espaços tenderão a serem focos mais intensos de referências às nossas práticas – práticas que poderão ser compartilhadas ou encenadas por diferentes grupos sociais. Esses lugares, capazes de referenciar as práticas de atores diferentes, serão os lugares de maior potencial de urbanidade. Sobretudo os lugares públicos, abertos ou construídos, oferecem esse potencial. Tornam-se referências, ao serem facilmente acessíveis, como lugares de passagem e ocupação; ou ao compor as rotinas de um número de atores, ou ao simbolizar atividades ou valores capazes de despertar interesses que atravessam campos sociais.

Agora temos condições de entender mais completamente a *urbanidade como imersão em alteridades*, associada às intensidades e diversidade comunicativa na cidade. Esse papel ganha mais relevância se observarmos que as tensões de distanciamento entre pessoas e grupos tomam a forma de *quebras nas possibilidades de comunicação*, que passa a ocorrer mais intensamente dentro de campos sociais específicos. Essas quebras de comunicação requerem processos que os contraponham. Se a reprodução do social é crivada de tensões, ao ponto de Niklas Luhmann sugerir o risco da improbabilidade da integração do mundo social, *a cidade de lugares capazes de referenciar as práticas e as imaginações de atores em diferentes campos sociais pode consistir em um contraponto para os processos de restrição da interação e da dissociação entre atores socialmente diferentes*, hoje naturalizada em nossos cotidianos.

A dimensão ontológica da urbanidade: a cidade na ligação entre o humano e o material

A urbanidade se mostraria, assim, tanto como resultado quanto meio de integração. Mas, examinemos as espacialidades urbanas na “trama do real”, e a possibilidade de um lugar do espaço nas relações internas ao mundo social – um lugar que parece subestimado tanto em teorias do social quanto em ontologias encontradas na filosofia e outros campos. Esse papel do espaço pode ser, surpreendentemente, invisibilizado pela sua própria onipresença e pela atenção a aspectos mais evidentes do que Talcott Parsons chamou de “meios de integração social”, como o sistema de trocas econômicas, a linguagem e comunicação, e as redes de artefatos técnicos.²⁰ Entretanto, esses meios de integração social não têm o mesmo papel. Há, na verdade, certa fragilidade da maioria desses meios. Subsistemas como a troca linguística e a circulação de artefatos evanescem no tempo e no espaço, e apresentam características de elusividade e inconstância em sua ramificação no mundo social.

20 Parsons (1956, 1972); sobre a comunicação como meio de integração social, veja Habermas (1984a) e Luhmann (1995, 2002); sobre as redes de artefatos técnicos, veja Santos (1996) e Latour (2004). Latour, a partir de Serret, é autor da ideia de relações inerentes entre “humanos” e “não humanos” mencionada por Santos (1996, p. 24).

O mesmo não pode ser dito do espaço. A referencialidade entre ato e espaço na geração da vida urbana vai além do amparo cognitivo e corporal a trocas linguísticas ou a trajetória de artefatos. Ela constitui e atravessa as tramas de relação entre nossos atos, espaços e artefatos, produzidos durante nossa atuação na cidade. Ela produz um senso de inteligibilidade e entendimento do mundo social e material; um senso de estrutura e de possibilidades de relações, importantes para nossa atuação, e o senso de que podemos fazer. Ela pode constituir mesmo uma espécie de estrutura – as “cordas invisíveis” que mantêm a realidade social e material articulada em nossa experiência e convívio urbanos.²¹

Essa mesma relação de inerência atravessa campos sociais: ela pode ser encontrada em lugares e espacialidades capazes de convergir os socialmente diferentes. Ela é mais profunda que as diferenças e a restrição das interações, e é o que garante a possibilidade ontológica de situações de urbanidade e de processo de integração social efetiva.

Há assim uma necessidade de mediação desses extraordinários sistemas de integração social e suas elusivas propriedades; um meio material capaz de amparar as trocas via linguagem, economia, artefatos em circulação e tecnologias da comunicação a distância; um meio capaz de atravessar campos sociais distintos. Gostaria de afirmar que a materialidade do espaço e redes urbanas em sua centralidade ainda não é amplamente reconhecida como meio de integração da realidade social e material. Na verdade, o próprio estado de realização desse papel do espaço da cidade como sistema que relaciona e conecta outros sistemas de integração social, na dinâmica cotidiana dos nossos atos e experiências, pode ser definido como uma das faces da urbanidade.

Minha aproximação entre a urbanidade e o tema da integração social evoca a ideia de *urbanidade como resultado e como condição da integração social, simultaneamente; como sua construção, expressão e experiência*. Refere-se ao papel das dinâmicas da urbe, ao estabelecer condições de relação (mesmo momentâneas) entre pessoas e entre campos sociais – o efeito da urbe sobre o tecer das nossas *associações*.

Por meio dessas três dimensões ou instâncias da urbanidade (gráfico 2), chegamos a uma visão de “urbanidade como efervescência do urbano” – como experiência das amarras do mundo social, como atuação das ligações entre espaços e atos, como resistência às constantes forças de segregação e desintegração social. A urbanidade é uma experiência de modos de integração, impregnada em nossa experiência do mundo e do outro. A atenção a esse papel não ignora a riqueza das diversidades que constituem as formas de vida urbana ou implica na busca de uma engenharia social ou utopias da coesão total, mas afirma o interesse em entender as condições da coexistência, bem como a importância das situações urbanas nas quais essas condições se materializam. Sua ausência levaria a uma “desurbanidade”.

21 Para conhecer em detalhe a proposição desse papel ontológico do espaço, veja Netto (2007, 2008).

GRÁFICO 2 | Dimensões da urbanidade

	SOCIAL	ESPACIAL
Dimensão Fenomenológica	Co-presença Encontro	A rua, espaços públicos Lugares do reconhecimento dos diferentes
Dimensão Comunicativa	Autores em interação	O lugar As nodalidades A arquitectura
Dimensão Ontológica	Cognição Conexões e referências ato-espaco-ato	A rede de espaços público, lugares edificações

A materialidade da cidade é um meio inevitavelmente parcial, mas chave na integração de sistemas sociais. Entretanto, tais processos não ocorrem em um espaço indiferenciado. A proposição de um papel integrador da urbe demanda o esclarecimento das características e aspectos que tornariam seus espaços capazes de ter *efeitos sobre o mundo social* e sua integração, e seu oposto: tornar seus espaços expressão de dissociação e distanciamento.

A condição material da urbanidade, ou a urbanidade como efeito do espaço

Um dos aspectos mais debatidos da urbanidade é sobre sua condição espacial, ou a possibilidade da urbanidade ser um efeito de diferentes espaços e espacialidades.²² Naturalmente, a noção comum de urbanidade como “civilidade do convívio”, é em si desespacializada: ela não evoca uma condição de contexto material, mas um comportamento, um código compartilhado coletivamente. Entretanto, temos implícita na noção a ideia de um convívio que requer civilidade, um convívio entre *estranhos*, e de um lugar onde nos encontramos na situação de estranhos, como um espaço *público*. Essa condição “implícita” do espaço só expressa a usual dificuldade de nossos discursos em evidenciar a centralidade do espaço na nossa experiência e na nossa prática.²³ Se urbanidade envolve o convívio, temos de imaginar que ela não ocorra em um éter ou em uma situação material qualquer. Se a urbanidade se refere ao encontro, à experiência e reconhecimento do Outro em sua alteridade e à efervescência da comunicação livre de restrição, esses fatores devem incluir um espaço que ampare exatamente esses acontecimentos – e não espaços que os impeçam.

Contudo, há espaços que impedem o contato, o reconhecimento e a possibilidade da comunicação livre de restrição? Certamente. Temos espaços que operam em duas direções: aqueles que restringem o contato deliberadamente, via estruturas

22 Holanda (2002); veja ainda os trabalhos de Holanda, Aguiar, Krafta e outros autores, incluindo um debate sobre urbanidade, em Aguiar e Netto (2012).

23 Sobre a dificuldade em objetivar o papel do espaço na prática humana, veja Harvey (1973) e Hillier e Hanson (1984).

espaciais, como a segregação espacial, baixa acessibilidade, separações e barreiras, ainda associados a dispositivos de vigilância (veja Bruno et al., 2010; Firmino et al., 2010; e Firmino, 2011); e temos espaços que podem tornar rarefeito o contato de modo inerente a sua própria estrutura – digamos, enquanto centros urbanos naturalmente convergem um grande número de pessoas socialmente diferentes, outras áreas podem ter o efeito oposto: o de diluir as oportunidades do encontro em geral. Portanto, o espaço é, em princípio, capaz de ter um papel ativo como meio de geração do contato, reconhecimento e comunicação como situações espaço-temporais da integração social, algo que depende fundamentalmente da copresença, como nos lembra Giddens.²⁴

Em outras palavras, não podemos desespacializar o conceito de urbanidade. Cidades são fenômenos excepcionalmente variados internamente – são sistemas de diferenças morfológicas, práticas, cognitivas e simbólicas que naturalmente produzem em si intensidades distintas de contato e comunicação, ou de restrição do contato e da comunicação. Mas quais seriam exatamente as características desses espaços, da alteridade e da comunicabilidade?

Por princípio, os espaços que permitem a emergência da prática e do encontro, capazes de atravessar as diferenças sociais e gerar copresenças, são os espaços da urbanidade. Examinemos mais de perto como esses espaços são apropriados e quais suas características. Primeiramente, o contato e copresença dependem do acesso e da mobilidade. Sabemos que os espaços de nossa atuação envolvem lugares tanto de ocupação quanto de movimento. Atividades e suas localizações envolvem e atraem participantes. Esse tecido espacial de lugares e canais de acesso, tensiona o corpo em movimento.²⁵ Os espaços construídos da arquitetura são atrelados a essa espacialidade aberta dos canais das ruas, edificações que permitirão a conexão dos atos de cada um a complexos da prática social ali atuados, frequentemente vinculados com atos ocorrendo simultaneamente ou sequencialmente em outros lugares. A conexão dos atos sociais depende das atividades e práticas sediadas nessas edificações, assim como em lugares abertos capazes de sediar a ocupação e a interação, como modalidades sociais.

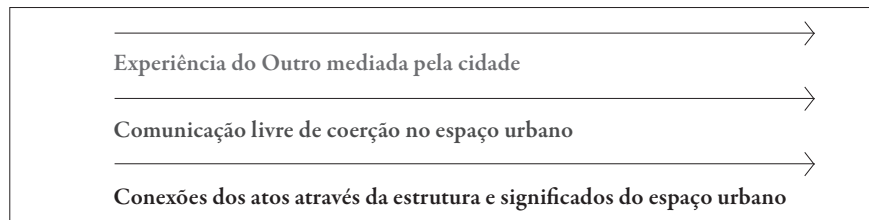
Sobretudo a presença do espaço construído, sob forma de lugares de atividade e edifícios, e sua relação com o espaço público, não pode ser rarefeita ao ponto de tornar a cidade um meio limitado de conexões e encontros. Espaços que não propiciam essas ancoragens para a socialização e a associação da prática, oferecerão dificuldades à emergência da urbanidade. Tendemos a não encontrar urbanidade, enquanto encontros entre os diferentes, em espacialidades rarefeitas, quase urbanas, *antiurbanas* ou em espaços labirínticos – espaços que nos impõem desorientação ou dificuldade de acesso e interatividade. Como aspectos da urbanidade, a experiência do Outro e a comunicação livre de restrição tendem a não emergir com intensidade

24 Veja a reformulação dos conceitos de “integração social” e “integração de sistemas”, originalmente de Talcott Parsons, por Anthony Giddens (1984).

25 Hillier e Hanson (1984); Tschumi (1996); Aguiar (2010); para elementos de uma teoria da tensão entre espaço e corpo, veja Netto et al. (2012) e Netto (no prelo).

em espaços dispersos ou intrincados; tendem a se diluir em espaços diluídos, e a se quebrar em espaços fragmentados, vigiados e segregados.

GRÁFICO 3 | Elementos da geração da urbanidade



O cerne de meu argumento é que, assim como a urbanidade não poderia ser induzida pelo espaço, apenas, ela não emergiria em qualquer condição espacial. Aqui, a questão é menos de intensidade *per se* (como do número de pessoas nas ruas) que de sobreposição de diferentes socialidades: a intensidade da sobreposição dos atores socialmente diferentes é o fator de intensidade da urbanidade.

Mas a riqueza da urbanidade não para aí. Há outros fatores além das intensidades. Vejamos brevemente dois casos arquetípicos. Copacabana, bairro icônico no Rio de Janeiro, é um lugar de intensidade de copresença e de convivência entre pessoas de classes, etnias e campos sociais distintos – características que apontam para uma área de alta urbanidade. Mas é sujeita à violência, incluindo a violência por diferenciação social (digamos, a intolerância contra prostitutas e travestis nas suas ruas), o que dilui a intensidade da urbanidade, de outro modo extraordinária, de Copacabana. Assentamentos precários na mesma cidade, por sua vez, possuem os atributos da intensidade da copresença e da sociabilidade, mas com menor copresença dos diferentes e frequentemente sujeitos a coerções cotidianas engendradas por grupos em situação de poder e controle territorial. Esses fatores certamente reduzem sua urbanidade, de outro modo, intensa.²⁶

Essas observações, entre outras, sugerem que a urbanidade é uma propriedade que varia não apenas em intensidade, mas também na sua forma ou manifestação. Essas variações parecem se relacionar a diferenças nos espaços urbanos e a diferenças naquilo que Wittgenstein chamou “forma de vida” (Wittgenstein, 2001). Somos levados a encontrar uma condição contextual da urbanidade: *diferenças de socialidade e de espacialidade das interações significam diferenças de urbanidade*. Devemos, portanto, nos perguntar o que as variações e alterações em pelo menos uma de suas tramas constitutivas – a trama das práticas ou a trama de espaços – implicam na urbanidade.

26 A intensidade de copresença é um atributo de urbanidade para Holanda (2002; 2012); sobre experiências distintas da urbanidade em áreas urbanas e culturas distintas, veja Andrade (2012).

Diferentes urbanidades

Vimos que o espaço parece importar na urbanidade, e que a inclusão explícita do espaço como meio do encontro e da comunicação, formas de integração social, é um modo de evidenciar seu papel. Mas vimos que espaços não operam independentemente: eles estão associados a formas de vida. Espacialidades, mesmo que apresentem alguma característica semelhante (digamos, a alta densidade encontrada em um assentamento precário, em Copacabana, um bairro de Berlim²⁷ ou em uma *casbah* islâmica), podem amparar formas de vida distintas – e, portanto, urbanidades distintas. Naturalmente, a relação entre forma de vida e espacialidade vai muito além da densidade: ela inclui o espaço em toda sua complexidade e implicação sobre a vida social já na escala local: do corpo em movimento aos espaços e lugares da referência e conectividade da prática.

Vimos também que as diferenças de urbanidade não se limitam ao aspecto da intensidade ou grau. A urbanidade, como imersão no reconhecimento, na comunicabilidade e em referências urbanas capazes de relacionar atores diferentes, varia conforme formas de sociabilidade, e as espacialidades que amparam e expressam essas formas de coexistência e associação. A urbanidade emerge de diferenças, sobretudo nos modos como produzimos as condições da vida coletiva. Mas como chegar às urbanidades *inerentes* a cidades e áreas urbanas? Teria a urbanidade algo a ver com a identidade das cidades e seus bairros?

Quando entendemos que a relação entre forma de vida social e espacialidade vai além da copresença e da forma visível do espaço, para incluir a comunicação mediada por significados e uma relação com o espaço também mediada por informação social complexa, capaz de ser associada à atividades e referenciar a prática, as diferenças *qualitativas* latentes em diferentes espaços e formas de vida sobressaem como tão ou mais relevantes que as diferenças de intensidade.

Diferenças qualitativas, entretanto, não podem ser conhecidas “por fora”, na mera observação da forma externa dos fenômenos. Como Habermas nos mostra²⁸, é preciso reconhecer diferenças adentrando seus conteúdos, sentidos e significados por meio da interpretação hermenêutica. Os diferentes papéis do espaço na geração da urbanidade só podem ser conhecidos se reconhecermos do que consistem as formas do agir e interagir na cidade. Diferenças de urbanidade só podem ser captadas se forem adentrados, interpretativamente, as formas da prática e os conteúdos comunicados dos gestos e falas na interação, hábitos e afetos, mediados ainda por tradições e códigos culturais. Só assim reconheceremos a mediação mais profunda dos espaços urbanos, carregados dos conteúdos informacionais que constituem os nós das tramas de atos e espaços.

27 Remeto novamente ao trabalho de Luciana Andrade (2012) sobre Berlim e a Rocinha, no Rio de Janeiro.

28 Habermas (1984a) critica a classificação da ação social em tipos ideais de Weber (1978), nos quais se enquadrariam as ações por semelhança aos tipos sem interpretar seus sentidos, desviando-se da metodologia interpretativa (*Verstehen*) que o próprio Weber introduziu, baseada no descerramento dos conteúdos sociais a partir de seu *Sinn e Bedeutung* (sentido e significado).

A urbanidade não pode ser conhecida em toda sua riqueza apenas pela sua intensidade; ela não pode ser capturada quantitativamente. É necessário conhecer as diferentes *semânticas* nela contidas. Mesmo tipificações e tipologias são empobrecedoras. Assim, cada cidade e cada bairro teriam sua urbanidade. Essa urbanidade pode mudar no tempo, o tempo todo.

Chegamos, finalmente, a uma visão de diferentes urbanidades decorrentes das idiossincrasias, que diferenciam e definem a identidade de cada cidade como projeção de formas de vida menos ou mais integradas entre si.

Esse conceito de urbanidade parece, à primeira vista, satisfatório. Entretanto, ele inclui *qualquer forma de vida urbana*, mesmo aquelas com potencial desintegrador, como as formas de intolerância e rejeição de alteridades sob forma de segregação, sujeição e agressão ao Outro. Tudo o que acontece na urbe seria “urbanidade”. Uma conceituação assim encerrada terminaria por igualar “urbanidade” e “reprodução do urbano”. E uma definição de urbanidade que incluía socialidades hostis e espaços de segregação e violência, se chocaria com a definição usual de urbanidade como “civilidade do convívio”, assim como com o potencial emancipatório do conceito. É necessário descerrar uma última condição para sua emergência.

Final: para além da mera reprodução do urbano: *polis* | *ethos* | *devir*

Vemos que toda cidade é uma espécie de comunidade, e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem; se todas as comunidades visam a algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas, e que inclui todas as outras, tem mais que todas este objetivo, e visa ao mais importante de todos os bens; ela se chama cidade e é a comunidade política.

Aristóteles (edição de *Política*, de 1998).

É uma questão do futuro [...] a questão de uma resposta, de uma promessa e de uma responsabilidade com o amanhã.

Jacques Derrida (1995a)

A urbanidade se refere a possibilidades do convívio. Mas o que garante o convívio? Alguns diriam que ele é assegurado por convenções naturais de socialização – instâncias de autorregulação das relações no cotidiano emanando dos códigos de comportamento dos próprios sujeitos em interação. Outros diriam que é assegurado por regras firmadas historicamente e garantidas por aparatos de gerenciamento do social: um sistema jurídico de conduta, tecnologias de vigilância e, no extremo, meios policiais de controle. Meu argumento, aqui, é que sistemas normativos e repressivos não precisam ser acionados quando temos modos de produzir o convívio entre os diferentes – e que cidades são fundamentais nesse sentido.

Ao nos expor constantemente à diversidade social, cidades têm o potencial de *naturalizar as diferenças*. Quando cidades ou áreas na cidade falham nesse papel

de exposição mútua, temos a diluição da presença dos socialmente diferentes em nossos campos de percepção, um afastamento que os invisibiliza e que pode constituir um progressivo *alheamento* entre sujeitos – um alheamento que os define como um “Outro” estranho, distante, irreconciliável. Quando diferenças se acirram em desigualdades, temos uma coexistência não mais pautada pelo convívio, mas relações restritas entre atores, que se parecem estranhos; relações que passam facilmente a serem interpretadas como potencialmente hostis e a demandarem mecanismos de atenção e controle: os sistemas e aparatos de vigia em exercícios fortemente assimétricos de poder.

Assim, há necessidade de estabelecermos uma relação entre a diversidade das urbanidades possíveis e o reconhecimento dos modos de civilidade – modos que serão pautados cognitivamente e eticamente por códigos da cultura produzidos unicamente na vida coletiva, como modo de viabilizar a própria vida coletiva: valores de uma vida social, eticamente responsáveis com a finalidade da viabilidade do convívio.

Essa ideia certamente evoca a cidade, ou um horizonte da cidade, como a expressão e a convergência de diferentes formas de vida: a passagem da visão da urbanidade como mera *reprodução* de formas distintas de vida urbana, latente implicitamente em visões correntes da urbanidade, a um entendimento da urbanidade como forma de vida assentado em um espírito de coletividade – não só idealmente, mas como um requerimento prático: uma urbanidade como *ethos* do convívio. Cidades têm o potencial de aprofundar um senso de ética, *uma ética da coexistência*.

Evidentemente, essa última passagem exige discussão e esclarecimento. Para tanto, proponho o uso de cinco conceitos da filosofia.

- (i) Primeiramente, a noção de “ethos” reúne qualidades de comportamentos coletivos que caracterizam um grupo, comunidade ou população. Gostaria de associar esse sistema de disposições coletivas baseadas no senso de *responsabilidade como orientação ao Outro* (que vimos a partir de Heidegger) à ideia de comunicação livre de restrição, assim como a sua projeção política, a *comunicação livre de coerção* (em Habermas, 1984a, 1984b, 1997). A comunicação livre de coerção depende de contatos livres do controle e da repressão. Contatos e diálogos presenciais não ocorrem em um éter indiferenciado; eles dependem de espaços – espaços sem regramentos sobre papéis sociais rígidos e controle do corpo e da copresença; espaços que permitam a exposição e encontro.²⁹ Interações limitadas, coercitivas ou eticamente degradantes comprometem a urbanidade – ofuscam seu real significado. Uma forma de conceituação nesses termos tem um claro objetivo emancipatório: evoca o espaço urbano como meio da comunicação irrestrita.
- (ii) Essa visão de urbanidade implica ainda uma ideia de cidades como largamente constituídas de espaços que representam, em princípio, o oposto do controle

29 Desenvolvo esse ponto particular lembrando as interfaces entre atores (mais especificamente, entre estranhos e habitantes) em Hillier e Hanson (1984), ainda que estes autores ignorem a dimensão da comunicação e do diálogo como constitutivo de sociedades.

- social: são estruturadas em torno do espaço público e da presença coletiva. Essa ideia encontra eco em outro conceito-chave explorado por Jürgen Habermas – o de “esfera pública” – e a ideia do espaço urbano como sua materialização.³⁰
- (iii) Um terceiro conceito torna mais explícita a dimensão de responsabilidade e orientação ao Outro no espaço coletivo urbano. Encontramos em Derrida a ideia de “bem-vir às diferenças” mais que “tolerar as diferenças”. Essa noção sugere a importância da naturalização da coexistência, orientação mútua e interação das alteridades (Derrida, 2005).
- (iv) A noção de bem-vir das alteridades pode ser relacionada a outro conceito de Derrida, de natureza temporal: *l'avenir*, a chegada do Outro cuja vinda e presença não posso prever – esse outro cuja identidade é impossível de ser sabida antecipadamente. Quero argumentar que o encontro na cidade como lugar de alteridades apresenta exatamente essa característica. Em uma cidade que expressa a diversidade de identidades sociais e a complexidade caleidoscópica das trajetórias da ação e interação, não podemos saber *a priori* como e quais atores tomarão parte de nossos próximos encontros. Sabemos apenas que uma vida coletiva pautada na urbanidade evoca *a priori* uma civilidade desses encontros; envolve uma postura aberta ou um “ethos do bem-vir” como expressão de uma “orientação ao outro”, um valor encontrado em socialidades altamente atentas ao aspecto coletivo da ação e à cooperação, centrais na vida em sociedade.³¹
- A propriedade de abertura temporal total à diferença das identidades tem, portanto, uma condição espacial: ela requer lugares e espaços urbanos abertos à possibilidade do encontro e reconhecimento, convívio e comunicação com esse outro desconhecido. A urbanidade passa a incluir as qualidades éticas esperadas na vida urbana: o potencial pleno de relação social e sua pulsação como bem-vir e comunicação; como emancipação das realidades da intolerância e da coerção. Infelizmente, nossas socialidades são fortemente constituídas por diferentes formas de violência – das formas naturalizadas do preconceito, desigualdade e descaso ao outro em sua condição à pura agressão corporal. Essa situação atravessa nossas cidades e sociedades ao ponto de nos perguntarmos se é possível encontrar em algum lugar uma urbanidade plena.
- Se essa possibilidade inexiste, a impregnância dessa urbanidade plena se apresenta *para além de nosso presente*. Coloca-se como futuro desejável, como um horizonte às nossas práticas urbanas. Uma vez que, em qualquer presente histórico, os ruídos de comunicação gerados pelas tensões da diferenciação social não podem ser completamente apagados, temos de atentar para sua intensificação na forma dessas violências que diluem a urbanidade. Uma sociedade que busca sua própria emancipação deve envolver projetos parciais, coletivos: a plena urbanidade entre eles.

30 Habermas (1984b). A noção de cidade como cenário da vida pública é encontrada já na noção de *synoikismos*, em Aristóteles (1998); veja as implicações da cidade enquanto lugar da manifestação e expressão política em Netto (no prelo).

31 Lembro aqui da ênfase de Richard Sennett (2012) em uma sociologia da cooperação, e de Niklas Luhmann (1995) em condições não-problemáticas da reprodução social.

- (v) Esse é o próprio conceito de “devir” em filosofia – outra noção hegeliana que proponho como chave para um entendimento mais amplo da urbanidade. Exploremos essa noção vendo o modo como ela tem sido usada depois de Hegel. Bergson, filósofo do tempo, nos dirá que *o devir deve ser livre de uma teleologia*: deve ser completamente aberto, impossível de antecipar ou prever.³² Do mesmo modo, o devir do urbano em uma urbanidade plena não se coloca como futuro certo, um futuro determinado, um devir estruturado por um tempo homogêneo, mas como um devir aberto de coexistência, reconhecimento, bem-vir.

Entretanto, mesmo considerando a possibilidade de um futuro de urbanidade para a cidade além do presente, temos de contemplar a possibilidade de o urbano seguir fissurado em alteridades que não se reconhecem, em situações de violência e degradação; do social seguir tensionado por forças de distanciação e segregação.

Uma possibilidade assim não implica o abandono da noção de urbanidade em seu potencial ético e político. O devir do urbano em uma urbanidade plena existe e segue – mas como um desejo, uma intenção ética, uma aspiração por uma cidade aberta, uma forma de vida social onde as *disjunções do encontro por força das diferenças sociais* seriam convertidas, quem sabe, em uma convergência das alteridades na cidade, matriz de interações imprevisíveis. Um tempo urbano eticamente pautado, onde, amalgamada na materialidade concreta do espaço urbano,³³ estará também a possibilidade de encontro com aquele socialmente diferente de mim.

Entretanto, essa expectativa não produz uma utopia. O devir não é simplesmente um desejo de futuro – mesmo que produzido por um senso ético, uma ética da coexistência como horizonte do social. Porque tampouco é um horizonte que nos é estranho. É antes “um ponto de início para uma imaginação temporal ética” (Lim). Esse devir apresenta-se já no presente da cidade, no agora; ele é uma “virtualidade”, um estado cercando o “atual” (Deleuze) do urbano; ele é um potencial (Luhmann): uma latência em atos na cidade, aguardando realização. Traços dessa urbanidade plena nos cercam, bem como os ruídos das dissociações e das degradações do humano. *Atos de urbanidade* são amalgamados, impressos no espaço.³⁴ São projeções materiais de urbanidades passadas.

Esses traços históricos de urbanidade são materializados tanto na diversidade de espaços urbanos quanto em um *impulso à associação e à comunicação* que nos caracteriza como sociedade e tem garantido historicamente nossa continuidade, a despeito de toda tensão de diferenciação. Tais configurações da cidade seguem “pulsando urbanidade”; espacialidades do passado seguem oferecendo condições materiais para as interações das quais consiste a urbanidade.

Finalmente, a urbanidade como acúmulo de urbanidades passadas, significa que *o presente da cidade projeta urbanidades ao futuro* – da experiência espacialmente

32 Essa visão de Bergson (2006) parece ter exercido influência sobre a leitura de Jacques Derrida (1995a).

33 Derivo a noção de urbanidades amalgamadas no espaço histórico urbano de Krafka (2012).

34 Veja o argumento de Krafka (2012).

estruturada do Outro à possibilidade da comunicação irrestrita e um senso de integração do mundo social.

Essa observação reforça a necessidade da dimensão ética do conceito de urbanidade. A projeção de socialidades ao futuro, assegurada pela cidade, implica em *responsabilidade pelos atos de urbanização* no presente. Significa que o futuro urbano é um projeto de cada presente (gráfico 4). O urbano oferece as condições empíricas da realização de processos da vida e da experiência coletiva.

GRÁFICO 4 | Urbanidades passadas, presentes, e a responsabilidade com o futuro urbano

PASSADO	PRESENTE	FUTURO
<u>Urbanidades Amalgamadas</u>	experiência da Alteridade Comunicação irrestrita Estruturação do mundo social	<u>Devir do urbano em urbanidades plenas</u>
Formas de vida impressas na diversidade do espaço construído [do edifício à rua]	<u>URBANIDADE</u> como CONSTRUÇÃO, EXPRESSÃO e EXPERIÊNCIA da INTEGRAÇÃO SOCIAL Ethos do convívio: Orientação, Ben-vir e Reconhecimento do Outro <u>Responsabilidade nos Atos de urbanização</u>	

Ao expor uma visão de urbanidade a partir de ideias que em princípio não se referiam à cidade, vindas de um continente ainda estranho ao urbano, que é a filosofia, espero ter evidenciado conexões possíveis entre um entendimento urbano da experiência e um entendimento filosófico da cidade, como condição material e humana da experiência. Como sugeri, um efeito dessa aproximação é localizar traços materiais da experiência e da vida social e aspectos da urbanidade, não reconhecidos separadamente; uma aproximação sob forma de passagens entre territórios que deveriam estar, há muito, muito mais próximos do que estão. Interpretar o urbano, ontologicamente, significa descerrar seu papel na condição da própria experiência humana e na produção de mundos sociais. Em direção à filosofia, ficamos mais próximos de uma compreensão ampla da urbanidade.

Tal aproximação sugere, ainda, a ontologia como um horizonte da teoria urbana – e sinaliza a riqueza das materialidades do urbano na estruturação da experiência do mundo e do Outro. Uma ontologia nesses contornos poderia mostrar a cidade como uma forma particular de acessar e produzir o mundo. Nela, materialidades

distintas seriam vistas encontrando-se ou colidindo; socialidades sendo criadas, ora convergindo, ora separando-se com ruído e perda; a experiência, desvelada em sua moldagem material. Este texto foi uma breve incursão, no mundo da nossa experiência, e em nossa experiência do mundo pelo prisma do urbano. Ou no urbano como meio da experiência e seus devires. ©EURE

Referências bibliográficas

- Andrade, L. (2012). Onde está a urbanidade: em um bairro central de Berlim ou em uma favela carioca? In: D. Aguiar & V.M. Netto (Org.), *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital.
- Aguiar, D. (2010). *Alma Espacial: O Corpo e o Movimento na Arquitetura*. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- Aguiar, D. & Netto, V.M. (Org.) (2012). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital.
- Aristóteles (1998). *Política*. Tradução do grego por Antônio Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Vega.
- Bergson, H. (2006). *Duração e Simultaneidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bourdieu, P. (1989). Social space and symbolic power. *Sociological Theory*, 7(1), Spring, 14-25. URL estable: Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/202060>
- Bruno, F. G.; Kanashiro, M. M. & Firmino, R. J. (Org.). (2010). *Vigilância e Visibilidade: Espaço, Tecnologia e Identificação*. Porto Alegre: Sulina.
- Cassirer, E. (2012 [1944]). *Ensaio sobre o Homem*. São Paulo: Martins Fontes
- Casanova, M. (2009). Apresentação à tradução brasileira. In M. Heidegger, *Introdução a Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Derrida, J. (2005). Entrevista em K. Dick & A. Kofman, *Screenplay and essays on the film Derrida*. New York: Routledge.
- Derrida, J. (1995a). *Archive Fever: a Freudian Impression*. Chicago, IL: The Johns Hopkins University Press.
- Derrida, J. (1995b). *Points: Interviews 1974-1994*. Palo Alto, CA: Stanford University Press.
- Deleuze, G. (1991). *Bergsonism*. New York: Zone Books.
- Faria, A. (2010). *Análise Configuracional da Forma Urbana e sua Estrutura Cognitiva*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Faria, A. & Krafta, R. (2003). Representing urban cognitive structure through spatial differentiation. In J. Hanson (Org.), *Proceedings of 4th Space Syntax International Symposium* (pp. 531-518). London: UCL Press.
- Firmino, R. J. (2011). *Cidade Ampliada: desenvolvimento urbano e as tecnologias da informação e comunicação*. São Paulo: Cidade.
- Firmino, R. J., Duarte, F. & Ultramari, C. (Org.) (2010). *ICTs for Mobile and Ubiquitous Urban Infrastructures: Surveillance, Locative Media and Global Networks*. Hershey: IGI Global.
- Freeman, L. (1978). Segregation in social networks. *Sociological Methods & Research*, 6(4), 411-429. Disponível em <http://moreno.ss.uci.edu/25.pdf>

- Gadamer H.-G. (1977). *Philosophical Hermeneutics*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Gibson, J. (1979). *The Ecological Approach to Visual Perception*. Boston: Houghton-Mifflin.
- Giddens, A. (1984). *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press.
- Habermas, J. (1984a). *The Theory of Communicative Action, Vol. I*. Cambridge: Polity Press.
- Habermas, J. (1984b). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1987). *The Philosophical Discourse of Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Habermas, J. (1989). *The structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge: Polity Press.
- Hägerstrand, T. (1983). In search for the sources of concepts. In: A. Buttimer, (Org.), *The Practice of Geography* (pp. 238-256). London: Longman.
- Hägerstrand, T. (1985). Time-geography: Focus on the Corporeality of Man, Society, and Environment. In: *The Science and Praxis of Complexity* (pp. 193-216). Tokyo: The United Nations University.
- Haken, H. & Portugali, J. (2003). The face of the city is its information. *Journal of Environmental Psychology*, 23(4), 385-408. [http://dx.doi.org/10.1016/S0272-4944\(03\)00003-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0272-4944(03)00003-3)
- Harvey, D. (1973). *Social Justice and the City*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Heidegger, M. (1962). *Being and Time*. New York: Harper & Row.
- Heidegger, M. (1966). *Discourse on Thinking*. New York: Harper & Row.
- Heidegger, M. (1971). *Identity and Difference*. New York: Harper & Row.
- Heidegger, M. (2009). *Introdução a Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Hillier, B. (1996). *Space is the Machine*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hillier, B. & Hanson, J. (1984). *The Social Logic of Space*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hillier, B. & Netto, V. M. (2002). Society seen through the prism of space: outline of a theory of society and space. *Urban Design International*, 7, 181-220. Disponível em <http://www.readcube.com/articles/10.1057/palgrave.udi.9000077>
- Holanda, F. (2002). *O Espaço de Exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Holanda, F. (2012). Urbanidade: arquitetônica e social. In: D. Aguiar & V. M. Netto (Org.), *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital.
- Husserl, E. (1976). *Logical Investigations*. London: Routledge.
- Jacobs, J. (2001). *Vida e Morte da Grande Cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Kracauer, S. (1990). Über Arbeitsnachweise: Konstruktionen eines Raumes. In: *Schriften*, Bd.5.
- Krafta, R. (2012). Impressões digitais de urbanidade. In: D. Aguiar & V. M. Netto (Org.), *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital.
- Latour, B. (2004). *Reassembling the Social*. Oxford: University Press.
- Lefebvre, H. (1991 [1974]). *The Production of Space*. Oxford: Blackwell.
- Lim, B. C. (2009). *Translating time: Cinema, the Fantastic, and Temporal Critique*. Durham: Duke University Press.
- Luhmann, N. (1995). *Social Systems*. Palo Alto, CA: Stanford: University Press.
- Luhmann, N. (2002). *Theories of Distinction: Redescribing the Descriptions of Modernity*. Palo Alto, CA: Stanford: University Press.
- Merleau-Ponty, M. (1962). *Phenomenology of Perception*. London: Routledge.

- Netto, V. M. (2008). Practice, space and the duality of meaning. *Environment and Planning D: Society and Space*, 26, 359-379. doi: 10.1068/d0406
- Netto, V. M. (2005). Is architecture an active part of life? From the form-function paradigm to space as context to practice. *Arquiteturarevista*, 1. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193616192003>
- Netto, V. M. (2007). *Communication and Space: A Reflection on the Materiality of Social Structures*. PhD Thesis, University College London.
- Netto, V.M. (2008). Practice, space, and the duality of meaning. *Society and Space – Environment and Planning D*, 26(2), 359-379.
- Netto, V. M. (2011). Comunicação e espaço: o papel da arquitetura e da cidade na associação dos atos. *Cadernos ProArq*, 17.
- Netto, V. M. (No prelo). *Cidade e Sociedade: as tramas da prática e seus espaços*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- Netto, V. M.; Vargas, J. C.; Saboya, R. T. (2012). (Buscando) Os efeitos sociais da morfologia arquitetônica. *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 4(2). doi: 10.7213/urbe.7400
- Parsons, T. (1956). *Economy and Society: A Study in the Integration of Economic and Social Theory*. London: Routledge.
- Parsons, T. (1972). *The System of Modern Societies*. New Jersey: Englewood Cliffs.
- Portugali, J. & Casakin, H. (2003). Information communication and the design of cities. In: J. Frescara (Ed), *Proceedings of the Conference on Creating Communicational Spaces*. Edmonton, Canadá.
- Ricoeur, P. (2010). *Tempo e Narrativa, Vol. 3: O Tempo Narrado*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rossi, A. (1995). *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Santos, M. (1996). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp.
- Schütz, A. & Luckmann, P. (1973). *The structures of the Life-world Vol.1*. Evanston: Northwestern University Press.
- Sennett, R. (2012). *Juntos: os Rituais, os Prazeres, e a Política da Cooperação*. São Paulo: Record.
- Simmel, G. (1950 [1911]). The metropolis and mental life. In: *The Sociology of Georg Simmel*. New York: Free Press.
- Simonsen, K. (1991). Towards an understanding of the contextuality of social life. *Environment and Planning D: Society and Space*, 9, 417-432.
- Thrift, N. (1996). *Spatial Formations*. London: Sage.
- Tschumi, B. (1996). *Architecture and Disjunction*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Weber, M. (1978 [1920]). *Economy and Society Vol.1*. Berkeley: University of California Press.
- Weigert, A. (2010). Metatheoretical theses on identity, inequality, time, and hope: toward a pragmatic cosmopolitanism. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 40(3), 249-273. doi: 10.1111/j.1468-5914.2009.00432.x
- Wittgenstein, L. (2001). *Philosophical Investigations*. London: Blackwell.